

RESOLUÇÃO

SECRETARIADO NACIONAL DE 3 DE JULHO DE 2014

A UGT considera que o actual momento político-sindical é de enorme importância para o País, impondo-se mais do que nunca, com o termo do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) o qual sempre foi considerado pelo Governo como o grande constrangimento a uma governação mais autónoma, uma real mudança de atitude, assumindo como prioridade a implementação de políticas que promovam o crescimento económico e a criação de emprego.

Para tal, é essencial que o Governo tenha a coragem política de assumir a necessidade de criação de condições e capacidade das finanças públicas para a promoção de tais políticas, nomeadamente por via da renegociação das condições de pagamento da dívida junto dos nossos credores, algo que a UGT há muito vem defendendo.

Constatamos que tal não se tem verificado, e as medidas implementadas e anunciadas continuam, isso sim, a fazer da austeridade o único caminho que marcou os últimos anos, perpetuando infundáveis sacrifícios aos trabalhadores, reformados e pensionistas.

O combate ao défice continua a ser a prioridade central e quase exclusiva do Governo, verificando-se uma ausência de políticas que contribuam para a redução sustentada e estrutural da despesa pública, antes verificando-se a manutenção das mesmas opções do passado.

Por outro lado, tal prioridade continua a passar ao lado de uma necessária compatibilização com a adopção de políticas de crescimento, condicionando a actividade económica e a criação de emprego, e a ter no aumento de impostos a única via para gerar novas receitas.

Continuamos a assistir a um desmantelamento gradual do Estado Social, sendo a UGT confrontada diariamente com o encerramento de serviços públicos essenciais aos

cidadãos e com a privatização de serviços importantes para as populações, fazendo perigar a coesão económica, social e territorial, com especial impacto no interior do País e nas populações mais vulneráveis, algo a que a UGT tem dedicado especial ênfase nas suas posições públicas.

As opções assumidas de tentar perpetuar reduções remuneratórias, cortar nos custos com trabalho suplementar, aumentar as contribuições para a segurança social, impor de forma definitiva a nova contribuição de sustentabilidade, entre outros cortes “cegos”, deixam claro que o ajustamento se continuará a fazer, sobretudo, por via do corte nos salários e pensões, o que continuamos a considerar inaceitável, injusto e anti-social.

Estas são opções que consideramos esgotadas, injustificadas e injustas e que têm levado a um exercício governativo nos limites da constitucionalidade com uma constrangedora frequência, ultrapassando esses mesmos limites.

A UGT não pode deixar de registar positivamente que se tenham atingido consensos numa área central para os sindicatos e para os trabalhadores - a da negociação colectiva - mas deve salientar que tal não põe termo à necessidade de aprofundar o diálogo social em torno de um conjunto de áreas prioritárias.

É urgente o aumento do salário mínimo, cujo sucessivo adiamento é hoje in comportável por imperativos económicos e sociais e que para a UGT é, neste momento, a pedra de toque das relações institucionais com o Governo.

A necessidade de implementar medidas adicionais de promoção da dinamização da negociação colectiva não pode ser ignorada, por forma a que esta inicie um percurso de recuperação do número de convenções celebradas e de trabalhadores por elas abrangidos.

A imposição unilateral de medidas em matéria de segurança social, sobretudo quando respeitem ao sistema previdencial suportado pelas contribuições de trabalhadores e empregadores, não é aceitável e não pode condicionar a construção de compromissos e consensos onde eles devem ser construídos: em sede de concertação social.

O diálogo em concertação social em torno das matérias que estão a ser actualmente discutidas nos diversos grupos de trabalho, ainda que de forma incipiente e quase estéril (reforma do Estado, política de rendimentos, políticas activas de emprego e natalidade e conciliação da vida familiar e profissional) deve ser continuado, não podendo porém cingir-se a estas matérias, ou eternizar-se, sem a sua discussão política em sede de plenário da CPCS.

O diálogo em sectores como a Administração Pública e o Sector Empresarial do Estado não pode continuar a ser um exercício de mera audição dos sindicatos, sem qualquer negociação efectiva, o que apenas mina um necessário clima de confiança, essencial a reformas estruturais sérias.

Renegociar a dívida – Promover o Crescimento económico e o Emprego de qualidade

A dívida pública mantém uma preocupante trajectória de crescimento e os seus encargos e juros assumem actualmente um peso muito considerável, devendo ultrapassar os 7300 milhões de euros em 2014. Estes são valores excessivamente elevados e que asfixiam as condições de um crescimento económico sustentável, tão necessário à recuperação do emprego.

Assim, a UGT considera fundamental que o Governo português, em linha com as recentes posições de outros Estados-membros, nomeadamente dos países do Sul da Europa, assuma efectivamente uma atitude mais dinâmica e de exigência junto das instâncias comunitárias e dos credores internacionais, visando a renegociação das condições de pagamento da dívida pública, nomeadamente ao nível das taxas de juro, dos prazos e maturidades e dos períodos de carência.

Uma renegociação do pagamento da dívida permitirá aliviar os enormes sacrifícios que continuam a ser exigidos aos portugueses, sobretudo através dos rendimentos do trabalho, bem como libertar recursos para o investimento público, sem o qual se continuará a condicionar o crescimento da economia e a pôr em causa o Estado Social, o funcionamento da Administração Pública e a qualidade dos serviços prestados.

A alteração das condições de pagamento da dívida pública é essencial para uma melhor compatibilização e equilíbrio entre o processo de ajustamento das contas

públicas e a retoma de uma dinâmica de crescimento económico gerador de empregos.

As recentes declarações do Governo quanto à aposta no crescimento económico e no emprego nesta fase, se não acompanhadas de políticas e medidas verdadeiramente orientadas para tais objectivos, não passarão, mais uma vez, de meras declarações de intenção.

A UGT regista a descida da taxa de desemprego em Portugal para 14,3%, que avalia como um sinal importante. Porém, não podemos deixar de realçar que não só o desemprego permanece muito elevado e em níveis insustentáveis, como a redução do desemprego que tem vindo a verificar-se encontra, em parte, uma justificação, não na criação de novos empregos e na real capacidade de absorção dos desempregados por parte das empresas, mas antes na quebra da população activa e no aumento da emigração, encontrando-se ainda sustentada em empregos precários e sazonais.

Defender o Estado Social

A UGT não pode aceitar que o Governo insista na prossecução de políticas de desmantelamento do Estado Social, guiadas por critérios estritamente economicistas e que têm subjacente um modelo ideológico, cujo objectivo é tornar Portugal um Estado de serviços mínimos.

O encerramento de serviços públicos em sectores estruturantes do nosso modelo social, como são a Educação, a Saúde ou a Justiça, mas também outros essenciais como as Finanças, contribuem para um cada vez maior afastamento e alheamento do Estado face aos cidadãos e vice-versa.

O encerramento de escolas, hospitais e centros de saúde, tribunais, repartições de finanças, estações de correios e lojas do cidadão são realidades com que nos confrontamos diariamente e fazem perigar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, situação que assume particular gravidade nas regiões do interior do País, promovendo a desertificação e abandonando os cidadãos mais idosos e vulneráveis à sua sorte.

O ataque ao Estado Social é claro em áreas como a Saúde, em que não podemos deixar de destacar o Relatório da Primavera do Observatório dos Sistemas de Saúde, apresentado esta semana, em que se acusa o Governo português e a UE de negar as evidências, evitando uma discussão séria sobre medidas preventivas e correctivas dos problemas com que se debate o Serviço nacional de Saúde (SNS).

As medidas de centralização dos cuidados de saúde vão contra a matriz genética do SNS, causando assimetrias geográficas acentuadas no acesso à saúde; a taxa de incidência de depressão em Portugal é das mais elevadas do mundo; a alteração dos hábitos alimentares por carência económica é uma evidência e tem consequências graves na saúde dos Portugueses.

Os efeitos negativos da crise na saúde dos portugueses, como noutras áreas do Estado Social, eram previsíveis, mas evitáveis, com medidas de investimento na proteção das pessoas, principalmente as mais vulneráveis - crianças, idosos, desempregados e grupos de risco.

A UGT defende a promoção e a melhoria do Modelo Social Europeu, condenando veementemente todas as políticas nacionais e internacionais que signifiquem o afastamento da Europa e de Portugal dos caminhos que conduzem ao crescimento e ao emprego.

Pôr termo aos ataques à Administração Pública e aos funcionários públicos

Não obstante as consecutivas declarações de inconstitucionalidade, o Governo não dá tréguas aos trabalhadores, impondo a sua visão economicista do Estado também no que diz respeito à gestão dos recursos humanos da Administração Pública, reincidindo na imposição de novos cortes salariais por mais cinco anos, condicionando progressões, ou impedindo a admissão de novos trabalhadores.

Tal política tem colocado frequentemente em causa a capacidade de resposta dos serviços, particularmente grave quando se fala em sectores como o da Saúde, onde existem trabalhadores a fazer dois ou mais turnos sem período de descanso.

Em conjunto, estes fatores estão a contribuir para a desmotivação dos trabalhadores e para a falência da qualidade dos serviços públicos que o Estado constitucionalmente se obriga a prestar aos seus cidadãos, situação que consideramos inaceitável.

Repôr a justiça para os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado

O Sector Empresarial do Estado continua a confrontar-se com constrangimentos inaceitáveis, quer com a continuação de medidas que consideramos injustas, injustificadas e gravosas para os trabalhadores do sector, quer com a continuação da paralisação de muitos processos negociais, para a qual as medidas impostas vêm contribuindo.

A UGT manifesta a sua frontal e veemente oposição face às novas propostas de retomar cortes salariais para o sector e de os perpetuar por um período de 5 anos, ou a continuidade da suspensão dos montantes de pagamento do trabalho suplementar previstos na negociação colectiva, a qual serve aliás de pretexto para aplicar a mesma medida ao sector privado até ao final de 2014.

A referida suspensão aplicada ao sector privado, que não encontra qualquer fundamento no combate ao défice e que, ao contrário do afirmado pelo Governo, não contribui em nada para evitar situações de concorrência desleal entre o sector empresarial do Estado e o sector privado, mas antes para um nivelamento por baixo das condições de trabalho, é para nós inaceitável.

Aliás, a UGT não pode deixar de constatar que a referida preocupação de evitar concorrência desleal seja completamente ignorada quando se visa, não obstante os vários alertas do Tribunal Constitucional, condicionar a negociação colectiva e a política salarial com as reduções remuneratórias que o Governo pretende reintroduzir.

A UGT manifesta também a sua discordância relativamente à privatização, anunciada recentemente pelo Governo, da totalidade do capital dos CTT - Correios de Portugal, por se tratar de um serviço de interesse geral prestado, com reconhecida qualidade, por uma empresa que sempre apresentou resultados económicos positivos e sem qualquer custo para os contribuintes.

Com a venda na sua totalidade, facto inédito no espaço da UE, poderá vir a ocorrer uma degradação do serviço público postal onde, felizmente, nos últimos dias, o regulador (ANACOM) rejeitou um projecto dos CTT que claramente diminuía o acesso dos cidadãos à rede pública postal.

De realçar que, a Empresa que detém a concessão do serviço público postal até 2020 está a ser vendida abaixo do seu preço real, sem ter em conta todo o espólio que faz parte da sua história de 500 anos.

Concretizar a dinamização da Negociação Colectiva

O Governo criou algumas expectativas, diferidas para o período pós-Tróika, para assumir compromissos de dinamização da negociação colectiva, no quadro do acordo tripartido de 2012.

Os resultados que se conhecem na primeira metade de 2014 são comparáveis aos períodos homólogos dos últimos dois anos. Se é certo que há mais convenções publicadas, esta condição não reflecte uma melhoria da regulação dos sectores de actividade, nem tão pouco o aumento do número de trabalhadores abrangidos.

A contratação colectiva continua a recair no nível da empresa, ou do grupo de empresas, sem aparecimento de novas convenções, atingindo cerca de 2/3 no contexto das convenções colectivas publicadas, o que explica o pouco volume de trabalhadores abrangidos e o quase desaparecimento das convenções sectoriais.

Apesar da recente alteração promovida pelo Governo à emissão de portarias de extensão (7 até final de Junho; 66 no período homólogo de 2008) através da alteração da Resolução de Conselho de Ministros, que poderá dar um impulso à contratação colectiva sectorial, esta disposição ainda não corresponde à exigência da UGT, que pretende a aplicação do quadro estabelecido pelo Código do Trabalho.

Aliás, a dinamização da negociação colectiva não depende apenas do levantamento das limitações que lhe foram impostas. É necessário que o Governo cumpra duas disposições muito importantes constantes do Código do Trabalho, que consistem no dever de promover a contratação colectiva de forma a que abranja maior número de

trabalhadores e empregadores e no fornecimento de apoio técnico às partes durante o processo negocial.

A UGT tem as maiores dúvidas se o Governo acautelou o provável aumento de processos negociais, na sequência da resolução sobre a emissão de portarias de extensão, ao nível do ministério responsável pela área laboral, tal como questiona o atraso na entrada em funcionamento do Centro de Relações Laborais, um órgão de constituição tripartida que foi pensado para promover o diálogo no contexto das relações laborais.

A UGT revelou a sua disponibilidade para negociar medidas que promovam uma negociação mais efectiva por parte de sindicatos e empregadores, o que contribuiu para afastar outras medidas extremamente negativas que a Troika e o Governo visavam impor (redução das indemnizações por despedimento ilícito, suspensão de convenções colectivas por comissões sindicais e intersindicais, diminuição de salários pela caducidade das convenções) e permitiu o já referido desbloquear da emissão de portarias de extensão.

É fundamental que o Governo corresponda a esta disponibilidade da UGT, concretizando todas as necessárias condições para uma maior dinamização da negociação colectiva e, enquanto empregador, subscreva, promova e aplique a contratação colectiva.

Aumentar o Salário Mínimo - uma necessidade que não admite mais atrasos

A UGT deve reiterar que o aumento do valor da RMMG deve ser considerado uma prioridade absoluta, na medida em que é indispensável para dar um sinal positivo à economia, aos milhares de trabalhadores que dele dependem e como estímulo à própria contratação colectiva, no que respeita ao estabelecimento de retribuições construídas a partir de novo mínimo nacional e no regresso indispensável das partes às mesas negociais.

O que temos de concreto é a constatação do adiamento *sine die* do Grupo de Trabalho constituído no âmbito do CPCS, após o anúncio do ministro responsável pela área laboral de nova reunião na semana seguinte, situação que decorreu há um mês.

Para a UGT é uma situação inaceitável, nomeadamente face aos compromissos recentes estabelecidos em sede de concertação social.

A UGT continuará a defender a actualização da RMMG de 500€ a 1 de Julho de 2014, mesmo que o seu cumprimento signifique a aplicação de retroactivos e a devida compensação dos trabalhadores, pelo atraso numa decisão pela qual apenas o Governo é responsável.

Defender uma Segurança Social pública e universal

Num momento particularmente difícil como aquele que continuamos a atravessar, em que a taxa de desemprego continua em níveis elevadíssimos, e em que as situações de exclusão e pobreza continuam a proliferar, é fundamental que a Segurança Social assuma um papel de garante de confiança e de segurança dos cidadãos, particularmente dos que se encontram em situação mais vulnerável.

O Governo, que tem vindo a utilizar a Segurança Social para combater o défice orçamental, com consequente redução dos níveis de proteção social, continua porém, num momento em que se encontram já encerradas as avaliações do PAEF, a dar sinais claros de pretender prosseguir políticas de austeridade e de cortes cegos que em nada contribuem para o crescimento económico.

Assim, e tendo mais uma vez como destinatários trabalhadores e pensionistas, surgem novas medidas - o aumento das contribuições para os regimes previdenciais em 0,2%, suportado integralmente pelos trabalhadores, e a passagem de provisórios a definitivos dos cortes nas pensões, com a criação da nova contribuição de sustentabilidade, medidas estas que visam, segundo o Governo, garantir a sustentabilidade dos sistemas de segurança social, por via de uma redistribuição do esforço contributivo.

Agora, como em outros momentos, o Governo opta por adoptar, casuística e unilateralmente, medidas estruturais desenhadas para responder a questões específicas e de natureza conjuntural, procurando nomeadamente, sob a égide de um pretenso reforço da sustentabilidade do sistema, alterar profundamente um regime

jurídico que havia sido tripartidamente acordado em sede de Concertação Social, solução que rejeitamos liminarmente.

A UGT manifesta a sua oposição face a tais medidas apresentadas pelo Governo, algumas das quais levantam sérias dúvidas de constitucionalidade, mas deve reiterar que está hoje, como esteve no passado, disponível para o diálogo que aborde questões como a reforma estrutural da Segurança Social, ou a sustentabilidade e a estabilidade do sistema.

Recusaremos porém, sempre, uma visão de uma segurança social pública de mínimos, de carácter eminentemente assistencialista, ou submetida a objectivos de combate ao défice.

Conclusões:

- **A UGT continua a manifestar a sua abertura para o diálogo, tendo recentemente conseguido resultados importantes que comprovam, mais uma vez, que as vias do diálogo, da negociação e do compromisso são as que melhor defendem os sindicatos e os trabalhadores que representamos.**
- **A UGT lança o desafio ao Governo para que corresponda com igual abertura para a construção de soluções mais efectivas e justas para o País e para os portugueses, assumindo a maior autonomia governativa que lhe advém do fim do PAEF para renegociar a dívida e operar uma necessária alteração de políticas, assumindo como prioridades o crescimento, o emprego e a defesa do nosso Estado Social.**
- **A UGT manifesta a sua oposição a todas as medidas apresentadas que significam a continuação e o agravamento da política de sacrifícios impostos, sempre sobre os mesmos, da governação com graves riscos de constitucionalidade (redução de salários na AP, contribuição de sustentabilidade, aumento de contribuições para a ADSE) e de criação de constrangimentos ao crescimento e ao emprego.**

- A UGT, por todos meios ao seu dispor, nomeadamente junto dos partidos com assento parlamentar, do Presidente da República, do Provedor de Justiça e em sede de CPCS, bater-se-á contra:
 - A reintrodução dos cortes salariais na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado;
 - A diminuição de rendimentos à generalidade dos trabalhadores e das famílias;
 - A prorrogação da manutenção dos cortes no valor do trabalho suplementar, que deverá terminar dia 31 de julho de 2014;
 - O corte de pensões, nomeadamente por via da criação da nova e definitiva contribuição de sustentabilidade;
 - O aumento da taxa social única (TSU) para todos os trabalhadores;
 - O aumento do IVA;
 - A destruição das expectativas de futuro dos cidadãos de hoje e de amanhã, se se mantiverem as políticas de austeridade, que impedem um desenvolvimento sustentável, traduzidas em consequências desastrosas, já visíveis na natalidade e no processo demográfico, cada vez mais assimétrico e desigual.

A UGT exige:

- O aumento urgente do salário mínimo nacional para 500€, com efeito máximo a dia 1 de Julho, devendo o Governo assumir que os trabalhadores não serão penalizados pelo adiamento desta decisão;
- Uma efectiva implementação de todos os mecanismos necessários à dinamização da negociação colectiva em todos os sectores de actividade;
- O aprofundamento do diálogo social em sede de concertação social e o fim da imposição unilateral de políticas, sobretudo em áreas centrais para os sindicatos e para os trabalhadores, como o emprego e a segurança social;

- O pleno respeito pela negociação colectiva nos sectores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado e a existência de um diálogo efectivo e real com os sindicatos nesses sectores.

A UGT manifesta aqui o seu total apoio à luta conduzida pelos sindicatos contra a privatização integral dos CTT, a qual coloca em causa a qualidade dos serviços, bem como o acesso das populações a outros serviços centralizados nas estações de correios, sobretudo nas regiões do interior, agravando ainda mais as assimetrias regionais.

A UGT assinala ainda a justa luta dos médicos na defesa do Serviço Nacional de Saúde, à qual manifesta o seu apoio e solidariedade.

O Secretariado Nacional